



**CONSAE**  
CURSOS - CAPACITAÇÃO

**SIC**

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CLIENTE

SIC Nº 26/2017

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2017.

**EDUCAÇÃO BÁSICA. SEGUNDA LICENCIATURA. POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.  
POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA.**

Tenho certeza que não entendi. A proposta é de oferecer aos licenciados em Pedagogia uma segunda licenciatura (Resolução CP/CNE nº 2, de 01/07/2015, art. 15) que deve durar 1.200 horas, das quais 300 são destinadas a estágio supervisionado. Vamos formar professores de língua portuguesa, língua estrangeira moderna, matemática, geografia, física, por exemplo, ministrando 900 horas desses conteúdos? Mas se não conseguimos formar bons professores com 1.800 horas (Resolução CP/CNE nº 2, de 19/02/2002, revogada pela Resolução CP/CNE nº 2, de 01/07/2015), como conseguiremos, oferecendo só a metade?

Sobre a proposta da “residência pedagógica”, vou esperar para ver!

**Diretor da CAPES apresenta nova Política Nacional de Formação de Professores  
Pedro Arcanjo - CCS/CAPES - 28 de novembro de 2017**

Metade dos professores de Matemática em sala de aula no país não possuem formação adequada. Em Português, esse percentual chega a 40%, apontam os números do Censo Escolar 2016. Os dados foram apresentados pelo diretor de Educação a Distância da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Carlos Lenuzza, durante a abertura da 10ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional do Sistema UAB.

“Esses números deveriam ser gritantes para qualquer educador e gestor da educação. Os jovens passam boa parte do tempo em formação com um profissional que não possui formação adequada para estar em sala de aula. É a partir desse diagnóstico preciso, não realizado anteriormente com esse detalhamento, que podemos colocar as peças certas na formação de professores e resolver essa situação rapidamente”, afirma Lenuzza.

**Política Nacional**

Para enfrentar esse desafio, o diretor apresentou a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, lançada no último dia dos professores. “A política compreende que a qualidade das aprendizagens depende da qualidade do trabalho do professor. Entre os fatores que podem ser controlados pela política educacional, o professor é o que tem o maior peso na determinação do desempenho dos alunos”, explica.

Números do Censo Escolar 2016 também apontam que o Brasil tem 2.196.397 professores da educação básica, sendo que 488 mil concluíram apenas o Ensino Médio, 95 mil não possuem licenciatura, e seis mil possuem apenas com o Ensino Fundamental. “Esse quadro é composto por uma maioria de normalistas, antigos cuidadores e outros educadores enraizados em seus sistemas e que, salvo raras exceções, não quiseram aproveitar as oportunidades de formação docente que existiram na última década”, conta Lenuzza.

De acordo com o diretor, é preciso atuar na mobilização. “A baixa adesão à capacitação se resolve com a valorização do magistério, uma melhor remuneração. Estamos próximos da universalização da formação em ensino superior dos nossos educadores. A maioria já tem formação em nível superior.” Carlos Lenuzza afirma que é necessário, então, observar o número de professores com licenciatura atuando em área diferente daquela que leciona. “Esse dado não havia sido apurado e isso ajuda a nossa ação direcionada”. Biologia é a área com mais professores com formação adequada, 78% do cenário ideal de formação. Artes é a área com menor percentual, apenas 17% dos docentes com licenciatura na área.

De acordo com o diretor a baixa adesão à capacitação se resolve com a valorização do magistério.

Uma das soluções para essa questão está em oferecer cursos de segunda licenciatura para formandos em Pedagogia, responsáveis por 652 mil matrículas só em 2015. “Nos últimos quatro anos, foram 800 mil pedagogos formados. Temos uma enorme massa de formados. Mesmo que saíssem todos os professores da Educação Básica de uma só vez, em apenas três anos de formação teríamos a reposição de todo o contingente. Essas pessoas foram despertadas para o curso de Pedagogia e isso precisa ser valorizado. Queremos convocar os interessados em educação nesse montante: se apenas 5% desses formandos estiverem interessados em uma segunda licenciatura, já são 40 mil professores capacitados. Diferente do PARFOR, que buscamos formandos de outras áreas para formação pedagógica correta, poderemos oferecer a eles uma das terminalidades da Base Nacional Curricular que nos faltam. Esse é um bom tema para nossos editais futuros”, concluiu.

## **UAB**

Criada em 2005, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) é uma rede formada por instituições públicas que oferece cursos de nível superior por meio de educação a distância. A prioridade da UAB é ofertar formação para pessoal atuante na educação básica – professores, gestores e colaboradores, mas existem ofertas de formação para o público em geral. O Sistema UAB é coordenado pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da CAPES.

## **MEC lança Política Nacional de Formação de Professores com Residência Pedagógica Assessoria de Comunicação Social - 18 de outubro de 2017**

O MEC lançou a Política Nacional de Formação de Professores nesta quarta-feira, 18. Inédita no país, a política abrange desde a criação de uma Base Nacional Docente até a ampliação da qualidade e do acesso à formação inicial e continuada de professores da educação básica. Só no Programa de Residência Pedagógica, o MEC vai ofertar 80 mil vagas a partir do próximo ano e serão investidos cerca de R\$ 2 bilhões.

“A boa formação de professores é fundamental e tem um impacto direto dentro da sala de aula, principalmente, na questão da qualidade do ensino e do aprendizado das crianças e jovens nas escolas de educação básica do Brasil”, destaca o ministro da Educação, Mendonça Filho. “Um dos compromissos do MEC é valorizar o papel do professor e, ao mesmo tempo, iniciar essa valorização a partir da formação, com qualidade e reconhecimento. A residência pedagógica é um caminho que vai facilitar a amplitude do conhecimento prático profissional e a melhora da qualidade do ponto de vista de lecionar dentro da sala de aula”, completou.

A Residência Pedagógica faz parte da modernização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e traz novidades, como a formação do estudante do curso de graduação, que terá estágio supervisionado, com ingresso a partir do terceiro ano da licenciatura, ao longo do curso, na escola de

educação básica. O objetivo principal é a melhoria da qualidade da formação inicial e uma melhor avaliação dos futuros professores, que contarão com acompanhamento periódico. O programa tem como requisito a parceria com instituições formadoras e convênios com redes públicas de ensino.

**Integração** – A secretária-executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, fez uma apresentação da nova política de formação e destacou a importância da qualidade do professor na melhoria do aprendizado. “Precisávamos de uma política nacional de formação de professores que fosse capaz de olhar não só para frente, mas também de melhorar os programas em andamento, buscando formas de integrá-lo, tendo em vista as mudanças na política educacional desde o início da atual gestão do ministro Mendonça Filho”, analisou, concluindo: “Pesquisas indicam que a qualidade do professor é o fator que mais influencia a melhoria do aprendizado. Isso significa que, independente das diferenças de renda, de classes sociais e das desigualdades existentes, a qualidade do professor é o que mais pode nos ajudar a melhorar a qualidade da educação”.

Índices como o do último Censo da Educação, divulgado em 2016, demonstram que, dos 2.196.397 professores da educação básica do país, mais de 480 mil só possuem ensino médio e mais de 6 mil, apenas o ensino fundamental. Cerca de 95 mil têm formação superior, sem cursos de licenciatura. Apenas 1.606.889 possuem formação em licenciatura, porém, muitos desses não atuam em sua respectiva área de formação.

Os princípios da Política Nacional de Formação de Professores consistem na maior colaboração entre União, redes de ensino e instituições formadoras; maior articulação entre teoria e prática em cursos de formação de professores e domínio sistêmico da BNCC, além de uma visão sistêmica e articulação entre instituições formadoras e escolas de educação básica. As mudanças partiram de um diagnóstico preocupante: desempenho insuficiente dos estudantes, baixa qualidade da formação inicial dos professores no país, um histórico de currículos extensos com ausência de atividades práticas e estágios curriculares sem planejamento e sem vinculação com as escolas.

**Melhorias** – Para a vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Maria Cecília Amendola, este é o primeiro passo para uma grande mudança na educação brasileira. “É um sonho de consumo dos gestores que tocam as redes de ensino”, declarou. “O professor sai da universidade e, quando entra na sala de aula, não sabe o que fazer. Tenho certeza que essa política vai, daqui a um tempo, refletir muito nos resultados dos estudantes das proficiências de português, de matemática e de todas as áreas do conhecimento.”

Marcelo Costa, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) da regional do Centro-Oeste, destaca o diálogo que essas instituições têm tido com o MEC. “Hoje conseguimos perceber a concretização desse diálogo, principalmente, no que diz respeito a residência pedagógica, que vai estreitar o diálogo entre as universidades e as redes de ensino municipais e estaduais”, explica. “A formação de professores – primeira e segunda licenciatura – e a formação de gestores vai qualificar os profissionais que atuam na educação básica do país. Isso é muito importante.”

A Política Nacional de Formação de Professores também inclui a criação da Base Nacional de Formação Docente. Essa base, que vai nortear o currículo de formação de professores no país, terá em sua proposta a colaboração de estados, municípios, instituições formadoras e do Conselho Nacional de Educação (CNE). Além disso, o MEC abrirá uma consulta pública para ouvir opiniões de especialistas e educadores de todo o Brasil no início de 2018.

**Flexibilização do ProUni** – A Política Nacional de Formação de Professores vai flexibilizar as regras para bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni) para o preenchimento de vagas ociosas. A partir do próximo ano, os professores que desejam fazer uma segunda formação em cursos de licenciatura poderão entrar no programa sem a comprovação de renda. O mesmo vai acontecer para o público geral interessado. Essa política de incentivo partiu do diagnóstico segundo o qual, das 56 mil bolsas para cursos de licenciatura, 20 mil estão ociosas. Para concorrer a uma dessas vagas, os interessados deverão participar de uma segunda chamada após a seleção regular.

**Formação continuada** – A partir de 2018, o MEC também vai reservar 75% das vagas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) para a formação de professores que cursem seu primeiro ou segundo curso de licenciatura. A estratégia faz parte da política de continuidade da retomada da UAB, que não ofertava vagas desde o ano de 2014 e que, só em 2017/2018, oferece 250 mil vagas. O objetivo é investir, ainda, na ampliação de cursos de mestrado profissionalizante, abrangendo todas as áreas e componentes curriculares da BNCC. Serão oferecidos mestrados profissionais para professores de educação básica, cursos de especialização e o aumento da cooperação internacional nessa formação.

### **Residência: um avanço na formação de professores**

**ISTO É - Mozart Neves\* - 25 de outubro de 2017**

Diversos estudos mostram que, entre os fatores que podem ser controlados pela política educacional, a qualidade da formação do professor é o que faz a maior diferença na aprendizagem dos alunos. Se considerarmos os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), por exemplo, os países que estão no topo do ranking têm em comum o cuidado com a formação do professor.

O Brasil, infelizmente, tem dois grandes desafios nesta área: a baixa valorização social da carreira do magistério e a formação inadequada dada pelas nossas universidades, que não dialoga com o chão de escola, com muita teoria e pouca prática. No que se refere à formação, um dos caminhos para reverter este quadro passa pela reestruturação do atual estágio curricular. Por isso mesmo, na última semana, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma nova política para esta atividade, ao anunciar o Programa de Residência Pedagógica (PRP).

O país tem hoje cerca de 1,5 milhão de alunos matriculados em cursos de formação de professor. Os estudos mostram que a formação pedagógica e os estágios curriculares no campo da Pedagogia e das licenciaturas diversas são registrados de modo vago, com pouquíssimas exceções. Geralmente, não há um plano de estágio a ser seguido pelo aluno e existe pouca supervisão sobre a sua prática. Os conteúdos das disciplinas aparecem apenas esporadicamente e, em geral, são abordados de forma genérica ou superficial no âmbito das disciplinas de metodologias e práticas de ensino, sugerindo frágil associação com as práticas docentes.

Por essa razão, considero extremamente importante essa iniciativa do MEC, de “mexer” com o atual estágio curricular e lançar o PRP. Mas, para não ser mais do mesmo e finalmente conseguir solucionar esses problemas históricos da ineficiência do estágio curricular na preparação do futuro professor, é preciso que o PRP seja, de fato, inovador.

Nesse sentido, será necessário certificar as escolas que servirão para esta residência pedagógica, nos moldes do programa de residência médica. Também acredito que tais escolas deveriam ser, preferencialmente, de tempo integral, com professores possuindo formação plena nas disciplinas que

lecionam, e com infraestrutura e condições laboratoriais adequadas para o exercício do magistério. Portanto, criar uma Comissão Estadual para certificar tais escolas, nos moldes da Comissão Nacional de Residência Médica, deveria ser uma das iniciativas deste PRP.

\*Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna. Foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), secretário de Educação de Pernambuco (2003-2006) e presidente do Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação). Foi presidente executivo do Todos Pela Educação (2007-2010)

Saudações,  
Profª. Abigail França Ribeiro  
Diretora Geral CONSAE  
[abigail@consae.com.br](mailto:abigail@consae.com.br)

Distribuído a Assessorados da CONSAE e CONSAEJur.  
SIC – Serviço de Informação ao Cliente.

A Legislação e Jurisprudência citadas neste SIC foram obtidas em [Legisle - Sistema de Informação em Administração de Ensino](#).